

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.217 - RO (2019/0215578-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**AGRAVANTE** : JOAO LUCAS FERREIRA PEREIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

### DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Criminais, diante da prática de novo crime pelo reeducando, determinou a regressão de regime do sentenciado, unificou as penas e declarou a perda de 1/3 dos dias remidos (fls. 8/9).

Interposto agravo em execução pela Defesa, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso. Eis a ementa do julgado (fl. 55):

*Agravo em execução penal. Falta grave. Perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos. Ausência de fundamentação. Não ocorrência. Manutenção.*

*Não há que se falar em nulidade da decisão quando esta, apesar de sucinta, estiver suficientemente fundamentada para ensejar a convicção do magistrado.*

*A expressão "poderá" contida no art. 127 da Lei n.º 7.210/84, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 12.433/11, deve ser interpretada como verdadeiro poder -dever do magistrado, ficando no juízo de discricionariedade do Julgador apenas a fração da perda, que terá como limite máximo 1/3 (um terço) dos dias remidos.*

Diante disso, a defesa interpôs recurso especial alegando violação aos arts. 57 e 127, ambos da Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP).

Sustenta que a perda dos dias remidos foi determinada em razão do cometimento de falta grave, entretanto, o Ministério Público não demonstrou a existência de liame jurídico entre a falta cometida e as atividades que proporcionaram a remição da pena, porquanto, apenas seria justificada a perda no patamar máximo de 1/3 (um terço) caso a falta grave guardasse relação íntima com as atividades que a proporcionaram, isto é, o estudo e o trabalho.

Requer seja conhecido e provido o recurso especial para afastar a perda

# Superior Tribunal de Justiça

dos dias remidos.

Contrarrazões às fls. 75/83.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial em razão da necessidade de se reexaminar matéria fático probatória, incidindo o óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ (fl. 86).

No presente agravo em recurso especial, a defesa impugnou o fundamento da decisão agravada (fls. 92/99).

Contraminuta às fls. 103/104.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do agravo, para não conhecer do recurso especial (fls. 119/121).

É o relatório.

Decido.

Atendidos os requisitos de admissibilidade e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo à análise do recurso especial.

O voto condutor assim se posicionou quanto à controvérsia, no que importa, *verbis* (fls. 55/59):

*Pretende o recorrente o redimensionamento da perda de dias remidos para 1 (um) dia, alegando ausência de fundamentação.*

*Pois bem. Diversamente do alegado pelo agravante, o magistrado primevo, ainda que de forma sucinta, justificou devidamente seus motivos para a fixação no patamar máximo, nos seguintes termos:*

Considerando ainda que **o reeducando não apenas evadiu do sistema penitenciário como também voltou a delinquir, penso que tais condutas merecem punição mais rigorosa**, porquanto as regras do regime semiaberto não se mostraram aptas a coibir a reincidência criminosa razão pela qual **decreto a perda de 1/3 dos dias remidos**.

*A jurisprudência desta egrégia Corte encontra-se pacificada quanto à desnecessidade de longa justificação para o arbitramento da sanção de perda dos dias remidos, podendo o magistrado fazê-lo de forma sucinta, desde que sem prejuízo de seu conteúdo, como bem o fez o magistrado de primeiro grau. Nesse sentido, confira-se (grifos nossos):*

*[...]*

*Aliás, esta Corte de Justiça tem acompanhado entendimento da Corte Superior no sentido de que "a expressão 'poderá'*

# *Superior Tribunal de Justiça*

contida no art. 127 da Lei n.º 7.210/84, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 12.433/11, deve ser interpretada como verdadeiro poder-dever do magistrado, ficando no juízo de discricionariedade do Julgador apenas a fração da perda, que terá como limite máximo 1/3 (um terço) dos dias remidos" (STJ/AgRg no REsp 1.424.583/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 18/6/2014). Agravo regimental desprovido. AgRg no REsp 1430097 PR 2014/0011198-4. T5 - QUINTA TURMA. Relator: Ministro FELIX FISC:HER. DJ. 19/03/2015).

Nesse contexto, diante das peculiaridades do caso, tenho por justa e adequada a perda de um terço (1/3) dos dias remidos.

Por fim, quanto ao prequestionamento da matéria alegada aos fins de interposição de eventual recurso aos Tribunais Superiores, não vislumbro afronta ou ofensa às normas dos artigos de lei apontados pelo ora agravante.

Por todo o exposto, desmerecendo reparo a decisão agravada, nego provimento a este agravo em execução penal.

Da leitura dos trechos acima transcritos, verifica-se que o entendimento do Tribunal *a quo* está alinhado à jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de que, diante da prática de falta grave pelo reeducando, a discricionariedade prevista no art. 127 da Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal) não se refere à aplicabilidade ou não da sanção da perda dos dias remidos, mas tão somente à fração que incidirá no caso concreto. Nesse sentido, cito os seguintes julgados:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. LEI DE EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. PERDA DOS DIAS REMIDOS. OBRIGATORIEDADE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. A prática de falta grave pelo reeducando impõe a decretação da perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos, devendo a expressão "poderá" contida no art. 127 da Lei n.º 7.210/84, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 12.433/11, ser interpretada como verdadeiro poder-dever do Magistrado, ficando no juízo de discricionariedade do Julgador apenas a fração da perda, que terá como limite máximo 1/3 (um terço) dos dias remidos.

2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp 1424583/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 18/06/2014).

**REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PERDA DE ATÉ 1/3 DOS DIAS REMIDOS. SANÇÃO IMPOSITIVA. DISCRICIONARIEDADE QUE SE RESTRINGE À DEFINIÇÃO DA FRAÇÃO. SÚMULA N. 83/STJ.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **INSURGÊNCIA DESPROVIDA.**

1. Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte Superior de Justiça, a discricionariedade prevista no artigo 127 da Lei de Execução Penal não se refere à aplicabilidade ou não da sanção da perda dos dias remidos diante da prática de falta grave, mas tão somente à fração que incidirá no caso concreto, à luz das circunstâncias ali previstas.

2. Tendo em vista que o posicionamento da Corte de origem se alinha ao entendimento pacífico deste Superior Tribunal de Justiça, incide no caso a Súmula n. 83/STJ.

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 957.884/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 22/03/2017).

## **AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 127 DA LEI N. 7.210/84 - LEP. FALTA GRAVE. REVOGAÇÃO DO TEMPO REMIDO. PODER-DEVER. INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. INAPLICABILIDADE DO ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, CONFORME SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. A aplicação do art. 127 da LEP enseja a perda de tempo remido, pois se trata de um poder-dever, ficando apenas o montante a critério da discricionariedade vinculada do julgador. *Precedente.*

2. A avaliação de interpretação dada pelas instâncias ordinárias sobre dispositivo de lei infraconstitucional não se confunde com o revolvimento fático-probatório, razão pela qual não esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1517450/PR, de minha relatoria, QUINTA TURMA, DJe 25/10/2017).

## **AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PERDA DOS DIAS REMIDOS. AUSÊNCIA DE REEXAME DE PROVAS. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. O Ministério Público estadual requereu a perda dos dias remidos do apenado, diante da prática de falta grave no curso da execução criminal.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que, consoante disposto no art. 127 da Lei de Execuções Penais, a discricionariedade do magistrado está adstrita à fração sobre a qual será determinada a perda dos dias remidos, pois não pode ser afastada a incidência da referida sanção.

3. O caso em análise não demanda o reexame de provas e não atrai a aplicação da Súmula n. 7 deste STJ.

4. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1626476/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 14/11/2016).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ademais, não há que se falar em ausência de fundamentação para se fixar a fração máxima de 1/3 (um terço) dos dias remidos, uma vez que a natureza especialmente grave da falta disciplinar - *o reeducando não apenas evadiu do sistema penitenciário como também voltou a delinquir* - justifica a perda de 1/3 dos dias remidos, conforme a jurisprudência desta Corte e as disposições do art. 127 c.c. o art. 57, ambos da Lei de Execução Penal.

A propósito, cito os seguintes julgados:

**EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRÁTICA DE FALTA GRAVE NO CURSO DA EXECUÇÃO DA PENA. FUGA. SANÇÃO DE PERDA DOS DIAS REMIDOS NO PERCENTUAL MÁXIMO. ADEQUAÇÃO. GRAVIDADE DA FALTA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

*I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus substitutivo de recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício, em homenagem ao princípio da ampla defesa.*

*II - Consoante art. 50, II, LEP, o reeducando que foge no curso da execução penal, comete falta grave.*

*III - A teor do art. 118, I, e art. 127 da LEP, o reeducando que comete falta grave no curso da execução fica submetido às sanções de regressão do regime prisional, perda dos dias remidos e alteração da data-base para a progressão de regime.*

*IV - A sanção de perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos, em razão da prática de falta grave, exige fundamentação concreta, consoante determina a legislação de regência, ao estabelecer a observância das diretrizes elencadas no art. 57 da LEP.*

***V - Consolidou-se nesta Corte de Justiça o entendimento de que a natureza especialmente grave da falta disciplinar - fuga - justifica a adoção do percentual máximo de perda dos dias remidos (art. 127, da LEP).***

*Habeas corpus não conhecido (HC 457.491/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 06/09/2018).*

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. FUGA DURANTE TRABALHO EXTERNO. PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS.**

# Superior Tribunal de Justiça

DECISÃO FUNDAMENTADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

3. Na hipótese, a imposição da perda dos dias remidos na fração máxima foi devidamente fundamentada em razão da natureza especialmente grave da falta cometida - fuga durante a realização de trabalho externo - só vindo o recorrente a ser recapturado um ano após, mediante o cumprimento de mandado de prisão, não havendo, portanto, plausibilidade na alegada violação dos arts. 57 e 127 da Lei de Execução Penal.

4. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 674.125/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 29/06/2015).

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRÁTICA DE FALTA GRAVE NO CURSO DA EXECUÇÃO DA PENA. COMETIMENTO DE NOVO CRIME. REGRESSÃO DE REGIME. NOVO MARCO PARA BENEFÍCIOS - EXCETO LIVRAMENTO CONDICIONAL, COMUTAÇÃO E INDULTO. PERDA DOS DIAS REMIDOS NO PERCENTUAL MÁXIMO. POSSIBILIDADE. GRAVIDADE DA FALTA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

II - Consoante art. 50, II, LEP, o reeducando que foge no curso da execução penal, comete falta grave.

III - São consectários do reconhecimento da prática de falta grave a regressão do regime prisional, o estabelecimento de novo marco para benefícios da execução - exceto livramento condicional, comutação e indulto -, bem como a perda dos dias remidos.

IV - A natureza especialmente grave da falta disciplinar - fuga e prática de crime quando foragido - justifica a adoção do percentual máximo de perda dos dias remidos (art. 127, da LEP).

Habeas corpus não conhecido (HC 415.941/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/11/2017).

Ante o exposto, conheço do agravo e, com fundamento na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

